gerar um crédito junto Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS. Os efeitos de possíveis deságios para realização dessa operação não foram considerados nem foram mensurados nas demonstrações contábeis.

8. A companhia deverá ser extinta por força do Decreto nº 5.644/07 do Governo Estadual e substituída pela Agência de Desenvolvimento Habitacional – ADH, que assumirá todos os direitos e obrigações remanescentes.

9. Devido à relevância dos fatos mencionados nos parágrafos 3, 4, 5, 6 e 7 não estou em condições de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentadas em seu conjunto da **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PIAUÍ – COHAB/PI**, em 31 de dezembro de 2006 e 2005, de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

Teresina, 27 de abril de 2007.

Contador JORGE IVAN TELES DE SOUSA
CRC-PINº 12.430 “T” Ba

CONSELHO FISCAL

PARECER

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PIAUÍ – COHAB-PI, após examinar as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, os documentos que as acompanham e o Parecer do Auditor Independente, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, manifestam-se favorável à sua aprovação pela ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA.

Teresina, 27 de abril de 2007.

Marco Antônio de Melo Leão
Membro

João Bosco Carvalho de Oliveira,
Membro

Maria Lenícia Pereira Vilarinho,
Membro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PIAUÍ – COHAB-PI, após examinar as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, os documentos que as acompanham e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, manifestam-se favorável à sua aprovação pela ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA.

Teresina, 27 de abril de 2007.

Marcelino Fonteles de Oliveira
Presidente

Celene Maria Moraes Fontenele
Membro

Áureo de Carvalho Paulo
Membro

Joilson Rodrigues da Silva
Membro

P. P. 6346

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO
SEGUNDA CAMARA RECURSAL
RECURSO VOLUNTÁRIO Nº: 241/2006.
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 43860.
RECORRENTE: AGROSERRANA & CIALTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO

ACÓRDÃO Nº 040/2007.

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. LEVANTAMENTO ESPECÍFICO PELAS SAÍDAS. PROCEDÊNCIA. DECISÃO UNÂNIME
1. Ainda que os produtos estivessem amparados por isenção, à luz do § 1º do art. 1º do Dec. 9.732/97, quando deixou de emitir documentos fiscais, a recorrente perdeu o direito a isenção.
2. Recurso conhecido e desprovido para manter a decisão recorrida e considerar o auto de infração procedente.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 08 de março de 2007.

Getulio Cavalcante - Conselheiro-Presidente
Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Relator
Emmanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO
SEGUNDA CAMARA RECURSAL

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº: 242/2006.
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 43861.
RECORRENTE: AGROSERRANA & CIALTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO

ACÓRDÃO Nº 041/2007.

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. ICMS-ANTECIPAÇÃO PARCIAL. CARACTERIZAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME

1. O art. 2º do Dec. 9.405/94 determina que a base de cálculo, para fins de cobrança da antecipação parcial “... é o valor da operação sobre o qual foi cobrado o ICMS na Unidade da Federação de origem da mercadoria”.
2. Mereceria reparos a decisão recorrida, mas, ante a ausência de recurso ex-offício, não pode haver reformation in pejus.
3. Recurso conhecido e desprovido para manter a decisão recorrida.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 08 de março de 2007.

Getulio Cavalcante - Conselheiro-Presidente
Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Relator
Emmanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO
SEGUNDA CAMARA RECURSAL

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº: 243/2006.
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 43862.
RECORRENTE: AGROSERRANA & CIALTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO

ACÓRDÃO Nº 042/2007.

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. NOTAS FISCAIS SEM DESTAQUE DO ICMS EM SAÍDAS INTERESTADUAIS. INIDONEIDADE. DECISÃO UNÂNIME.

1. As provas produzidas pela fiscalização e acostada às folhas 06 a 35, a exceção daquelas às folhas 07, 10, 11, 12, 13, 15, 28, 29, 30 e 34, as quais representam saídas internas e, portanto, foram emitidas com correção, todas as demais são inequívocas em contradizer a alegação da recorrente, já que não houve ICMS calculado sobre a base de cálculo reduzida, e assim o deveriam ser, vez que representam saídas interestaduais, mas o foram como isentas fossem.
2. Recurso conhecido e desprovido para manter a decisão recorrida.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 08 de março de 2007.

Getulio Cavalcante - Conselheiro-Presidente
Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Relator
Emmanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO
SEGUNDA CAMARA RECURSAL
RECURSO VOLUNTÁRIO Nº: 244/2006.
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 43863.
RECORRENTE: AGROSERRANA & CIALTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO

ACÓRDÃO Nº 043/2007.

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. NOTAS FISCAIS COM DESTAQUE DO ICMS A MENOR. DECISÃO UNÂNIME.

1. a recorrente não contradiz quaisquer dos cálculos elaborados pela fiscalização, nem produz provas que pudessem abalar a acusação fiscal, o que não propicia qualquer elemento que vislumbre reparo a decisão recorrida.
2. Recurso conhecido e desprovido para manter a decisão recorrida.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 08 de março de 2007.

Getulio Cavalcante - Conselheiro-Presidente
Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Relator
Emmanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado